

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia. In: FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 13-76. (série Repensando a História)

ATENAS E SUAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Lucas Barbosa Gomes¹

Funari, um dos principais nomes na pesquisa Arqueológica e Histórica da Antiguidade, em sua obra *Grécia e Roma* pretende elaborar um panorama geral sobre as estruturas sociais, conjunturas políticas ou inflexões existentes ao longo da Antiguidade greco-romana. Uma das temáticas centrais no livro é o debate sobre o desenvolvimento do modelo político-jurídico instituído em Atenas entre os séculos VI e IV a.C.

A identidade política ateniense entre as reformas legislativas de Sólon (638-559 a.C), em 594 a.C., e a de Clístenes (565-492 a.C), em 508 a.C., com a formação dos *demos* e a célebre batalha de Queroneia, em 338 a.C.,² contra Filipe II da Macedônia (382-336 a.C), marcaram as profundas mudanças no sistema de desenvolvimento político ateniense e na mentalidade dessa *pólis* ao longo de, aproximadamente, dois séculos e meio, desde seu apogeu como o epicentro do mundo grego até seu franco declínio submetendo suas liberdades à Macedônia (FINLEY, 1988)

Nesse aspecto, com a criação da Eclésia, uma instituição pública política de voto direto e tratados proposta por Sólon, o clássico modelo político de caráter mais democratizante surgiria gradativamente nessa cidade-Estado:

A eclésia reunia-se ordinariamente dez vezes por ano, mas para cada uma destas havia mais três encontros extraordinários. As sessões começavam ao raiar do sol e terminavam ao final do dia. Qualquer cidadão ateniense tinha o direito de pedir a palavra e ser ouvido (FUNARI, 2002, p. 28).

A Eclésia, criada em 594 a.C. por Sólon, tradicionalmente tinha como ponto físico uma colina, a praça *Pnyx*, ou seja, a ágora principal, com capacidade para aproximadamente 25 mil pessoas, sendo esses cidadãos. Embora houvesse (segundo fontes da segunda metade

1 Licenciando em História pela Universidade Federal Fluminense no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR.

2 “Mesmo assim, há razões suficientes para pensar que o apogeu do regime democrático ateniense já passara há muito quando sua autonomia foi decisivamente restringida pela vitória de Filipe II da Macedônia em Queroneia (em 338 a.C). Pouco depois, em 322 a.C, a democracia foi substituída em Atenas por uma oligarquia censitária” (CARDOSO. 1985, p. 50).

do século V a.C.) 42 mil cidadãos em Atenas, a Eclésia nunca reunia mais do que a quantidade supracitada, sendo por condições espaciais, impossível de suportar todos cidadãos (FUNARI, 2002, p. 32).

Com isso, nem todo cidadão poderia exercer seus direitos políticos sem abdicar de suas funções, principalmente os camponeses ou artesãos de baixa renda. O ócio era um privilégio que somente a aristocracia possuía, mesmo em um modelo dito democrático, como o ateniense.

É possível observar que, a partir do século V a.C., segundo Funari, Atenas estava se estruturando para o que viria a ser o governo dos *demos* ou a *demokratia*³. Aos poucos, o caráter censitário do arcontado ateniense foi substituído por cargos eletivos, sendo que “em 487-486 a.C. institui-se a tiragem à sorte dos arcontes segundo listas elaboradas pelos *demos*” (CARDOSO, 1985, p. 46). Assim, como em diversos outros cargos públicos, o sorteio era a forma eletiva mais eficaz proposta nesse período. Cargos como os 12 tribunais de justiça e a Heliéia, órgãos judiciários com funções próprias, esses eram sorteados periodicamente em um sistema rotativo, assim como os cargos executivos (os arcontes).

Assim sendo, todos os projetos de lei, requisitos, problemáticas existentes na Eclésia ou nos tribunais judiciários, questões administrativas, econômicas ou diplomáticas eram revisadas e aprovadas pela Bulé, instituição também criada por Sólon. Os 500 conselheiros que faziam parte da Bulé, eram cidadãos sorteados entre aqueles que se apresentassem como candidatos, necessariamente com, ao menos, trinta anos de idade. Assim sendo,

A partir de 395 a.C., os cidadãos que participavam da assembleia também passaram a ter direito a receber um pagamento por sua presença. A ideia era que cidadãos de menos posses, que trabalhavam para garantir seu sustento, pudessem assistir às reuniões e usufruir dos direitos políticos do mesmo modo que os mais abastados — o que era, sem dúvida, mais democrático (FUNARI, 2002, p. 29).

É observável na obra de Funari o papel atribuído pela mentalidade grega em relação à sorte e ao sorteio de seus cargos políticos. Mesmo cada função tendo deveras importância nas relações políticas, o fazer político e a mitologia estavam, nesse período, intimamente ligados. A própria sorte⁴ ou melhor, o destino, era uma deusa, *Tykhé* (FUNARI, 2002, p. 33).

3 Termo pouco conhecido anterior às reformas de Clístenes em Atenas, utilizando com mais afinco somente em meados do século V a.C., era a denominação de um regime afirmado, em tese, na soberania do *demos*, todos os cidadãos, em comparação com a reivindicação de poucos (FUNARI, 2002, p. 30).

4 A relação da sorte com o sistema político e social em Atenas era visível, também, no Ostracismo. Um método que Clístenes inventou para exilar por uma década indivíduos influentes que possivelmente, no futuro, pudessem ameaçar a estrutura política por meio de tiranias. O ostracismo era elaborado por uma votação simples entre os cidadãos da *pólis* (FUNARI, 2002, p. 30).

Contudo, mesmo o sistema político ateniense tendo uma elaboração refinada em comparação as demais *pólis* gregas, o fazer político e a viabilidade social dependiam profundamente da existência da escravidão por importação. Segundo o autor, “calcula-se que, em 431 a.C., havia 310 mil habitantes na Ática, região que compreendia tanto a parte urbana como rural da cidade de Atenas, 172 mil cidadãos com suas famílias, 28.500 estrangeiros com suas famílias e 110 mil escravos” (FUNARI, 2002, p. 29).

Além da escravidão e da servidão imposta aos estrangeiros, que não possuíam direitos políticos ou prestígio social, Atenas dependia diretamente das matérias-primas e tributos de aproximadamente 200 outras cidades-Estado gregas ao longo do mar Mediterrâneo, sendo esta parte da Liga de Delos, fundada em 476 a.C. Todo tesouro de tributação e saques da Liga foram transferidos para Atenas para a conservação de sua prosperidade política:

Desde 491 a.C., os gregos vinham sendo furiosamente atacados pelos persas até que, em 485 a.C., estes foram finalmente derrotados. A partir de então, Atenas, que havia liderado a vitória grega sobre os inimigos, tornou-se também a cidade mais importante e suntuosa da Grécia. Restaurou suas fortificações, ergueu construções admiráveis, tornou-se um império e evoluiu em direção à democracia (...) Entre 440 e 432 a.C., Péricles comandou a construção de diversos edifícios monumentais na cidade que se tornou o centro artístico, econômico e intelectual da Grécia (FUNARI, 2002, p. 27).

Tal como a própria natureza da democracia, uma dualidade entre liberdade para poucos, centrada nesses cidadãos, e a escravidão ou servidão em massa para aqueles não considerados atenienses de origem, o próprio termo [*demos*] era controverso em sua conotação, nesse período em que os direitos de exercer a política possuíam limitações estruturais, segundo Finley:

La ambigüedad de la palabra demos es muy significativa: por una parte, se refería al cuerpo de ciudadanos como un todo (...) por otra parte, se refería al pueblo común, a los muchos, los pobres (...) La palabra latina *populus* tenía también la doble connotación. Sin embargo, no se dudaba en el momento de usarla en un contexto dado: los escritores y oradores griegos y romanos pasaban libremente de un sentido a otro con fácil comprensión, y, cuando criticaban a la democracia, jugaban libremente con el vocablo *demos* o *populus* con no menos comprensión⁵ (FINLEY, 1986, p. 12 *apud* GALLEGO, 2018, p. 140).

5 “A ambigüidade da palavra *demos* é muito significativa: por um lado, referia-se ao corpo dos cidadãos como um todo [...] por outro, referia-se às pessoas comuns, aos muitos, aos pobres [...] A palavra latina *populus* também tinha uma dupla conotação. Contudo, não houve hesitação em utilizá-la num dado contexto: escritores e oradores gregos e romanos passaram livremente de um significado para o outro com fácil compreensão, e, quando criticaram a democracia, jogaram livremente com a palavra *demos* ou *populus* com não menos compreensão” (FINLEY, 1986, p.12 *apud* GALLEGO, 2018, p.140). Tradução nossa.

Nesse sentido, na perspectiva de Finley (1988) e Funari (2002), é evidente que a atribuição do termo democracia aos moldes políticos atenienses detém certa ambiguidade, sendo a fusão de realidades opostas: enquanto na *Astý* - espaço metropolitano de Atenas - eram debatidos a política e os pressupostos morais-filosóficos da liberdade jurídica e cívica, as regiões controladas pela preponderância ateniense, em contrapartida, foram subjugadas por meio de tributações, fornecimento de mão de obra ou suporte bélico. Em síntese, a democracia ateniense dependia de que – fora de Atenas – não existissem os pressupostos democráticos ou liberdades políticas (FINLEY, 1986, p. 12 *apud* GALLEGO, 2018, p. 140).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Atenas e Esparta. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Cidade-Estado Antiga**. São Paulo: Ática, 1985.

FINLEY, Moses **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALLEGO, Julián. Universidad de Buenos Aires CONICET/Programa PEFSCA. Democracia, estado, sujeto. Pensar la política en la Atenas clásica. In: **Miradas interdisciplinares sobre el Mundo Antiguo**. Universidad del Mar del Plata, 2018.